

Grupo 03 – Ensino de Sociologia e Escola de Tempo Integral: vicissitudes, experiências e perspectivas

Coordenação:

José Wilton de Freitas Ramos

Especialista em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio
Mestrando pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional
Professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação da Paraíba

Maira Claudia Conde de Souza

Especialista em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio.
Professora de Sociologia e Coordenadora de área de Ciências Humanas na
Secretaria de Estado de Educação de São Paulo (SEEDUC–SP)

Descrição

A expansão de escolas em tempo integral é um fenômeno que vem crescendo por todo o Brasil e previsto no Plano Nacional de Educação Lei 13.005/2014. Suas implantações em diferentes estados vêm sendo defendidas como políticas públicas e utilizadas na qualidade de propaganda como exemplo de façanha que propicia avanços na área educacional. De fato, esses avanços são evidenciados nas avaliações externas. No entanto, a repercussão que estamos acompanhando indica uma série de falhas que constantemente prejudicam estudantes, professores, disciplinas e escolas. Além disso, acompanhamos através dos diferentes modelos de tempo integral o avanço da iniciativa privada por meio da participação destes agentes na confecção de diretrizes, materiais e processos de avaliação de desempenho docente e escolar. O presente grupo enseja, a partir da interação com múltiplas experiências docentes, levantar e debater questões com foco na organização curricular, seus modelos pedagógicos e os impactos dos programas para o ensino de Sociologia.

Palavras-chave: Sociologia. Ensino Integral. Políticas Públicas. Educação.

OS LIVROS DE OCORRÊNCIAS ESCOLARES: transbordando os livros didáticos para o fazer sociológico nas escolas de tempo integral

Sergivano Antonio dos Santos

Colégio CEMA (Centro Educacional Maria Alice)

E-mail: sergivanosantos.cs@gmail.com

Resumo

O presente texto versa sobre os casos de violência física no espaço escolar para pensar o Ensino de Ciências Sociais/Sociologia na educação básica em tempo integral. O estudo se constitui num importante recurso a ser utilizado nas aulas de sociologia por transpor os livros didáticos, além de uma fonte documental a ser utilizado pelos professores e estudantes em pesquisas, um gerador de discussões em sala de aula. Esses aspectos devem ser considerados na organização curricular da escola.

Autores como: Moro (2006); Ratto (2007); Fonseca *et al.* (2014); Nascente *et al.* (2016), materializam um amplo debate que problematiza a função ou a finalidade dos livros de ocorrência nas escolas. Entretanto, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a importância das narrativas que constam nos livros de ocorrências acerca dos casos de violência física para o Ensino das Ciências Sociais/Sociologia na educação básica de tempo integral. O problema de pesquisa a orientar essa discussão é: o que revelam as práticas de violência física nos registros dos livros de ocorrência de duas escolas públicas de Caruaru?

A temática foi desenvolvida, no ensino médio, a partir de uma pesquisa documental (registros dos livros de ocorrência) em dois estabelecimentos de ensino público estadual do município de Caruaru (PE), 2016-2017. Segundo teoriza Gil: “Para fins de pesquisa científica são considerados documentos [...] qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (GIL, 2012, p. 147). O procedimento metodológico empregado para análise das narrativas nos livros de ocorrências se ancora na análise do discurso

em sua vertente francesa (AD) alinhado a perspectiva metodológica de PÊCHEUX (1983; 1995).

Para efeito de análise foi substituído o nome das escolas pelas siglas Esc1 e Esc2. Para os estudantes, a letra E, em ambos, corresponde ao de estudante seguido da posição dele(a) na sequência das ocorrências, mais a letra a representar o gênero E1M e E2F.

Os registros retratam situações reais gerada pelos próprios alunos dentro do espaço escolar. Conforme exemplo a seguir: “A aluna E1F [...] estava sendo vítima da prática de *bullying*. Após sair da sala de aula, a aluna se deparou com os [...] alunos que mais uma vez voltaram a insultá-la. A mesma, de imediato, agrediu o aluno E2M [...]. O aluno E4M e E2M não reconhecem ser crime a ação proferida por eles (sic)”. O que nos chama a atenção, na fala do estudante, é o efeito de sentido de naturalização da prática do *bullying* que gerou a prática de violência física.

No enunciado a seguir: “O aluno [. . .] disse que [. . .] estava num alto nível de estresse e por ter sido humilhado pelas meninas [...] ficou se sentindo um fraco por ter chorado [. . .] (sic)”. O verbo humilhar e chorar indica, em parte, que o sujeito estar condicionado pelo contexto sócio-histórico interdiscursivo de autoafirmação da masculinidade que o interpela e o orienta em suas ações. O que produz o efeito de sentido de que o choro não é parte constitutiva da identidade de um homem forte, mas de fraqueza.

A partir desses registros, os professores podem estimular o estudante a pensar sociologicamente as práticas de violência entre eles no espaço escolar. O que coaduna com as orientações da BNCC (2018) acerca das competências específicas de ciências humanas e sociais aplicadas para o ensino médio e ao pensamento de Fernandes (1985) de que o ensino médio deve ser pensado para além de uma condição propedêutica ou como um rito de passagem para o ensino superior. Assim, o professor não só ensina sociologia para o exercício da cidadania e criticidade, mas, sobretudo, ensina a fazer sociologia (MERCKLÉ, 2014) a partir dessas informações, o que implica no uso de ferramentas analíticas e

metodologias específicas desse campo do saber (PCN, 2000) e a reorganização curricular com olhar interno.

Referências

FERNANDES, Florestan. **O ensino da sociologia na escola secundária brasileira**. Primeiro dossiê de ciências sociais. São Paulo: Ceupes-USP/CACS-PUC, 1985.

FONSECA, Débora Cristina *et al.* Contradições do processo de disciplinamento escolar: os “Livros de Ocorrências” em análise. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 18, n. 1, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – 5 reimpr. - São Paulo : Atlas, 2012.

MERCKLÉ, Pierre. As Ciências Sociais francesas diante das reformas do ensino. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 02, n. 03, 2014.

MORO, N. O.. **"livro preto": como eram tratadas a disciplina e a indisciplina nas escolas da região dos Campos Gerais** - sua base legal, conteúdo e representações sociais que produzem. Navegando na história da educação brasileira.: José Claudinei Lombardi, Demerval Saviani e Maria Isabel Moura Nascimento (orgs.). 1. CD-ROM, ISBN: 85-7713-029-0, Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

NASCENTE, Renata Maria Moschen. FONSECA, Débora Cristina. Conflitos e livros de ocorrência no cotidiano da escola pública: alguns caminhos de investigação. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** — Florianópolis, UFSC, 04-08 out/2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD- 69). *In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux / organizadores. Francaise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.]* — 3. ed. — Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1997.

RATTO, Ana L. S. **Disciplina, vigilância e pedagogia**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 481-510, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a1237131.pdf>. Acesso em: mai/2017.

O ÓDIO À SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: chaves de interpretação

Fabício de Sousa Sampaio

Instituto Federal do Maranhão- Campus Araisos

E-mail: fabricio.sampaio@ifma.edu.br

Atualmente, na sociedade brasileira, presenciamos a disseminação de discursos negacionistas, anticientificistas, moralistas e neofascistas. Tais discursos inundam as redes sociais hegemônicas no país, atacando principalmente temáticas e sujeitos vinculados aos direitos humanos, às diversidades sociais, culturais, sexuais, religiosas, partidárias e à legitimidade e potência do pensamento crítico. Neste contexto, a disciplina Sociologia, por possibilitar o desenvolvimento crítico acerca das relações sociais contemporâneas pode, inclusive, suscitar o ódio. Assim, será que podemos identificar uma passagem da desconfiança ao ódio em relação à Sociologia no ensino médio? Que elementos constituintes do ensino de Sociologia podem ser identificados como alavancas para a disseminação deste ódio?

Esta pesquisa bibliográfica em andamento objetiva analisar a política de ódio direcionada ao ensino de Sociologia na educação básica tomando, como espaço social de argumentação teórica, a sociedade brasileira no contexto recente de sobrevivência curricular das discussões sociológicas em sala de aula, devido às reformulações exigidas pela atual BNCC; e proliferação de discursos anti-intelectuais, negacionistas, neofascistas e moralistas, capitaneados, principalmente, pelo movimento Escola Sem Partido¹ que, embora tenha sofrido derrotas recentes no Supremo Tribunal Federal, ainda existem projetos de lei em tramitação.

A intermitência curricular da Sociologia na educação básica está intrinsecamente relacionada com a potencialidade desta disciplina no tocante à

¹ Criado em 2004, apresenta-se como movimento e iniciativa de estudantes e pais contra a doutrinação político-ideológica das escolas brasileiras. Tem como objetivo visibilizar os fins políticos, ideológicos e partidários do ensino no país. Atua, através de um site, veiculando denúncias, ideias e atos de vigilância e criminalização contra ao que seus adeptos denominam “práticas de doutrinação” (ALGEBAILLE, 2017, p.64).

conservação ou transformação das ordenações sociais. A desconfiança e o medo social podem ser alavancados por grupos sociais que almejam a instrumentalização dos saberes sociológicos na sustentação de seus privilégios. Quando a Sociologia escapa, em sua tarefa de crítica incessante, à colonização da classe dominante, que atualmente pode ser representada pela lógica neoliberal, ou quando aponta perspectivas de transformação social, ela passa a simbolizar um perigo para esta classe e, portanto, a sua legitimidade nos currículos escolares e universitários precisa ser incorporada primeiramente em uma atmosfera de desconfiança e pânico social, e posteriormente como alvo a ser eliminado através, por exemplo, de reformas e políticas educacionais, ou de políticas de ódio, como presenciamos no Brasil contemporâneo.

Um das razões da desconfiança e/ou da política de ódio contemporâneo contra o ensino de Sociologia na educação básica se deve ao fato de que a inexistência de “Ciências Sociais fortes” deixam os cidadãos “totalmente desprovidos face a todos os provedores (produtores ou difusores) de ideologia, multiplicados ao longo das últimas décadas numa sociedade na qual o lugar do simbólico (ou seja do trabalho sobre as representações) é consideravelmente apagado” (LAHIRE, 2014, p.50).

O “Escola Sem Partido” ameaça a vivência social e a escola pública enquanto locus de formação humana cujos valores da liberdade, democracia e respeito à diversidade são balizares. 17. Ele possui um sentido político-ideológico autoritário que se mantém na criminalização do conhecimento histórico e da formação humana relevantes à classe trabalhadora e que se sustenta pelas atitudes de ódio e intolerância direcionadas aos movimentos sociais, notadamente das mulheres, negro(a)s e população LGBT (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

Se outrora, as classes dominantes e os grupos conservadores e moralistas consideravam a Sociologia como uma ameaça no tocante à transformação social, desconstrução das estruturas sociais de dominação, violência e discriminação social, agora, com o avanço do negacionismo, fundamentalismo de mercado e religioso, anticientificismo e neofascismos, esta disciplina passa a ser considerada um inimigo comum a ser eliminado. E para tanto, os discursos de ódio,

notadamente veiculados pelas redes sociais e as políticas de delação, perseguição, insulto e criminalização docente, especialmente fomentadas nos arautos do Escola sem partido, constituem o que convencionamos chamar neste trabalho de política de ódio contemporâneo contra a Sociologia na educação básica.

Referências

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. O que ler sobre o ensino de Sociologia no Brasil? *In*: CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. **Pensar a Educação em Revista**: Dossiê O ensino de Sociologia no Brasil. Florianópolis/Belo Horizonte, ano 5, vol.5, n. 4, dez.19/fev.20, 2020. Disponível em: < <http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/>>. Acessado em: 01 mai. 2020.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61, jan/jun 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2418>. Acesso 07 set. 2020.

O NOVO ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM UM COLÉGIO ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Maria Clara Pereira dos Santos

Universidade Federal do Norte Fluminense (UNF)

E-mail: mclaraop@gmail.com

Este trabalho apresenta uma pesquisa que analisou a implementação do Novo Ensino Médio Integral com a oferta do Curso Técnico em Administração com ênfase em Empreendedorismo, em um Colégio Estadual, localizado na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, a partir da atuação da pesquisadora na Disciplina de Sociologia, como bolsista do Programa de Residência Pedagógica (PIRP).

As análises foram realizadas a partir da Lei 13.415/2017, que institui a Política de Fomento à implementação do Novo Ensino Médio em Tempo Integral, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estabeleceu mudanças na estruturação do Ensino Médio, definindo uma nova organização curricular e aumento da carga horária de ensino. Dito isso a pesquisa buscou compreender qual a perspectiva dos discentes acerca dessa mudança e, também, analisar as influências do neoliberalismo no campo educacional, tendo em vista o modelo de escola neoliberal proposto por Laval (2004). Dessa maneira, foi observado de que forma esta reforma está considerando as atuais demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade, a partir da nova razão do mundo proposta por Dardot e Laval (2016).

A pesquisa se baseou em uma investigação empírica que se caracteriza por um estudo de caso que se utilizou do método qualitativo. Para tanto, foi utilizada a entrevista (semi- estruturada) realizada com os discentes, com o intuito de considerar as perspectivas e experiências individuais. Além disso, a pesquisa contou com a observação participante do ambiente escolar, das aulas de sociologia e das aulas do Curso Técnico oferecido. A base teórica da pesquisa foi feita por meio de uma revisão na literatura sobre o novo ensino médio e o que ele representa para a educação, afim de compreender como esta nova experiência se

mostra para a vida dos alunos. Para além disso, também contou com uma bibliografia que aborda a subjetividade neoliberal e o empreendedorismo de si, que foi encontrado nos discursos dos alunos.

A pesquisa foi realizada com os alunos do 1o ano do Ensino Médio matriculados no novo ensino médio a partir do ano de 2019, que foi o ano da realização da pesquisa. Foram entrevistados 19 alunos e foram ouvidos uma igualdade de cada sexo, a idade média foi de 16 anos e a maioria deles pertencem aos arredores da escola. Na análise do perfil racial constatou-se que 85% se autodeclararam negros, 10% brancos e 5% não souberam definir. Acerca do perfil socioeconômico encontrou-se pais com um baixo nível de escolaridade e com profissões de baixa remuneração.

Vale destacar que a implementação do Novo Ensino Médio nesta escola não retirou a sociologia do currículo, como previsto pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas nota-se que todas as disciplinas precisaram incorporar as ideias do Curso Técnico em Empreendedorismo em suas didáticas e ensinamentos. Dessa maneira, foi possível observar uma forte influência do que chama Foucault (2008) de capital humano, juntamente do neoliberalismo e da subjetividade neoliberal proposta por Dardot e Laval (2016) no ambiente escolar.

A partir deste novo modelo os alunos foram influenciados a se organizarem como equipes entre as turmas e foi notado uma certa concorrência nas atividades propostas, como uma feira de empreendedorismo realizada pelos alunos, neste caso a pesquisa se apoiou nas contribuições de Costa (2009) quando analisa como a cultura do empreendedorismo influencia no campo educacional, a partir de uma subjetividade que transforma os sujeitos em microempresas. Aliado a isso, foi observado uma nova disposição das carteiras em sala de aula, os alunos sentam em grupos de 3 a 5 em uma mesa redonda e com isso foi possível observar como esse modelo foi capaz de proporcionar momentos de solidariedade entre os discentes, mas também de competição entre eles.

É essencial ouvir a opinião dos alunos sobre o novo ensino médio tendo em vista que, como aponta Correa e Garcia (2019), a reforma foi aprovada de maneira impositiva e antidemocrática e que desconsidera os principais

movimentos que tem como pauta o Ensino Médio no Brasil, bem como os estudantes secundaristas. Desse modo, os alunos entrevistados, em sua maioria, reclamaram sobre a falta de professores e, também, sobre o aumento da carga horária. Acerca deste segundo ponto, eles alegam cansaço e falta de estrutura para eles permanecerem na escola por muito tempo e até descansar. Isso vai de encontro com Dantas (2019) que também traz preocupações com o aumento da carga horária aliada aos investimentos na educação.

Em contrapartida, muitos alunos relataram que o curso técnico oferecido e o novo ensino médio seria uma oportunidade, principalmente por ser gratuito. Diante disso, podemos observar uma certa responsabilização que acontece por uma sobrecarga moral que as pessoas impõem a si próprias. Brown (2019) aborda sobre essas questões e diz sobre a culpabilização que os sujeitos incorporam até pelas falhas do Estado. Aliado a isso, foi questionado acerca da perspectiva de futuro destes alunos e muitos se mostram bastantes flexíveis, conceito tratado por Sennet (1999) acerca de um indivíduo proativo e preparado para tudo.

A partir destes dados e do perfil dos alunos entrevistados pudemos notar a qual público está sendo direcionado este tipo de educação pautada, segundo Frigotto (2017), na lógica do mercado de trabalho. Com a pesquisa foi possível observar que a implementação do novo ensino médio no colégio analisado deixou várias lacunas no que tange a estrutura da escola para desenvolver o projeto. Dessa maneira, também foi observado, a partir da fala dos discentes, juntamente com as análises realizadas, que, de certa maneira, elas estão impregnadas do discurso neoliberal que perpassa nossas estruturas e se disseminam também na escola. Por fim, é observado como o capitalismo se reinventa e se intensifica, principalmente diante de reformas aprovadas por governos empresariais.

Referências

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. 2018. Disponível em: <<http://www.zazie.com.br/pequena-biblioteca-de-ensaios>>. Acesso em: 19 set. 2019.

CORREA, Shirlei; GARCIA, Sandra. Novo Ensino Médio: quem conhece aprova! Aprova? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 2, p. 604-622, abr./jun., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469/7359>>. Acesso em: 13 maio 2019.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**. v. 34, n.2, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Chirstian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DANTAS, Jéferson Silveira. O ensino médio em disputa e as implicações da BNCC para as áreas das Ciências Humanas. **Universidade e Sociedade**, n. 6. 2018. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1969232834.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978- 1979). São Paulo: Martins Fortes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses da Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In*: **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luíza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ENSINO DE SOCIOLOGIA: problematizações sociotécnicas no Ensino Médio Integrado

Raquel Folmer Corrêa

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

E-mail: raquel.correa@vacaria.ifrs.edu.br

Introdução

Apresento o relato de uma prática de problematização de temáticas sociotécnicas (o social e o técnico estão interligados) em sala de aula. O objetivo consiste em mobilizar docentes para a promoção de debates críticos entre discentes sobre conhecimentos e técnicas em seu cotidiano. As contribuições teóricas utilizadas são estudos sobre Sociologia escolar (BODART, 2019) e referenciais dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESCT) (LINSINGEN, 2007), em especial do campo da Sociologia da Tecnologia. A relevância dessa iniciativa encontra-se nas possibilidades de que, ao abordar produção de conhecimentos e problematizar as técnicas, novas questões surjam e possam vir a contribuir tanto para a Sociologia escolar quanto para os ESCT.

Procedimentos Metodológicos

A proposta didática sociotécnica foi realizada no campus Jaguari, do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), localizado a cerca de 400 km da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. No período em que a proposta foi executada, ano de 2018, o campus contava com dois cursos de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio (EMI).

Dentro das políticas de permanência e êxito do campus, destaco a oferta de moradia estudantil. A maioria das/os discentes de EMI permanece durante toda a semana no campus, com aulas nos períodos matutino e vespertino e que demonstram, em geral, envolvimento com as atividades pedagógicas mobilizadas pela escola.

A proposta foi desenvolvida durante o segundo semestre do ano de 2018, em aulas semanais de um período de 50 minutos, no componente curricular de Sociologia II, na turma do 2º ano do curso de EMI em Sistemas de Energia Renovável (SER). Do total de 26 discentes da turma apenas uma discente não residia no campus no ano. Dessas/es 26 discentes, 54% eram meninas e 46 % meninos. A faixa etária estava entre 16 e 18 anos de idade e apenas um discente era autodeclarado negro.

As atividades foram distribuídas em oito momentos, conforme descrito adiante. A turma se dividiu por afinidade em grupos com aproximadamente quatro discentes. Cada grupo teve entre 10 e 15 minutos para apresentação de seu trabalho final (projeto de Tecnologia Social - TS).

Objetivo geral e roteiro da proposta

- Mobilizar discentes para reflexão crítica sobre tecnologias no contexto da Sociologia escolar.

Roteiro:

1ª aula: considerações acerca do que foi discutido nas aulas anteriores sobre cidadania e redes sociais digitais. Mobilização de discentes para a questão inicial: “o que é (são) tecnologia(s) para ti?” Exibição de imagens sobre diferentes tipos de artefatos tecnológicos históricos.

2ª aula: audição da música “Mamãe no Face” (Zeca Baleiro, O disco do Ano, 2012). Discussão sobre a música e retomada da temática sociotécnica. Início da exposição dialogada sobre tecnologias do ponto de vista dos ESCT. Leitura e discussão de texto sobre tecnologias.

3ª aula: leitura da poesia “Habitar o tempo” (João Cabral de Melo Neto, Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003). Discussão e contextualização da poesia. Exibição do vídeo “O que é tecnologia, afinal?”, seguido de exercício de desnaturalização e estranhamento nas relações entre sentidos sobre tecnologias que circulam na turma, a música da aula anterior, a poesia e o vídeo.

4ª aula: aula expositiva e dialogada com levantamento das principais discussões das aulas anteriores, introdução da problematização do determinismo tecnológico e de perspectivas sobre TS.

5ª e 6ª aulas: orientações sobre a elaboração do projeto de TS para resolver um desafio sociotécnico relevante no cotidiano escolar. Divisão dos grupos. Pesquisas orientadas no laboratório de informática.

7ª e 8ª aulas: apresentações dos projetos de TS acompanhadas de discussões sobre os mesmos.

Os critérios considerados nas avaliações dos/as discentes contemplaram as reflexões e entendimentos dos/as mesmos/as sobre: o que e como tecnologias significam no dia a dia; TS como tema de relevância a discentes; possibilidades e limites de desenvolver TS na resolução de desafios sociotécnicos e relações entre questões sociotécnicas com princípios sociológicos de cidadania. A atribuição de notas ficou relacionada com a mobilização para os debates, o envolvimento com a pesquisa e a apresentação do projeto de TS.

Considerações finais

As discussões em sala de aula possibilitaram verificar posicionamentos críticos sobre tecnologias no discurso de diversas/os discentes desde o início das atividades. Os projetos de TS abordaram o desenvolvimento de, por exemplo: aplicativo para informar as principais notícias do campus, campanha educativa de descarte dos resíduos sólidos do campus, atividade educativa permanente contra homofobia e bullying e aplicativo com jogos educacionais de perguntas e respostas dos diferentes componentes curriculares escolares.

Em certa medida, foi possível identificar sentidos sobre tecnologias que circulavam entre discentes da turma, problematizar tais sentidos desde uma perspectiva sociológica e promover desenvolvimento de projetos contextualizados de TS que relacionaram tecnologias e cidadania. Contudo, a finalidade foi lançar questionamentos e não necessariamente buscar respostas simples à complexidade envolvida na abordagem de temas sociotécnicos na Sociologia escolar.

A realização da prática indicou que existem possibilidades de ações necessárias, embora não suficientes, de elaboração e execução de propostas didáticas críticas em relação a tecnologias, que incluam, também, docentes de diferentes áreas disciplinares e a coletividade escolar.

Referências

BODART, Cristiano das Neves (Org.). **O ensino de Humanidades nas escolas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

LINSINGEN, Irlan von. Perspectiva educacional CTS: aspectos de um campo em consolidação na América Latina. **Ciência & Ensino**, vol. 1, novembro de 2007.

A POUCA PRESENÇA DA SOCIOLOGIA NA PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL DO CEARÁ

Newton Malveira Freire

Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: newton.freire@prof.ce.gov.br

Josenira Unias Ribeiro

Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: joseniraunias@gmail.com

Fernanda de Lemos Rocha

Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: fernandalrocha@yahoo.com.br

Introdução

O desenvolvimento da política pública de implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) no Ceará iniciou em 2016. A matriz curricular dessa categoria de escola é constituída por uma carga horária semanal mínima de 45 horas, contemplando a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a parte diversificada totaliza 15h/a, das quais 5h são destinadas a projetos e 10h/a contemplam o que se denomina parte flexível, onde estão presentes os Componentes Eletivos, no sentido de atender aos diversos interesses dos estudantes.

Face ao exposto, o trabalho a seguir objetiva investigar porque a disciplina de Sociologia nas EEMTI, encontrando um ambiente favorável para assegurar sua presença em todas as séries dessa etapa escolar, aumentar a diversidade de conhecimentos presentes, ampliar a carga horária semanal, contrariando e andando na contra mão do que estabelece a Lei n. 13.415/2017, a respectiva disciplina ao invés de se desenvolver, ela aparece de forma incipiente e quase inexistente no currículo.

Nas páginas sucessivas, discorreremos brevemente sobre o encadeamento metodológico pelo qual passou esse trabalho, abordando algumas questões pertinentes ao ensino da Sociologia nas EEMTI do estado do Ceará, problematizando uma eventual falta de visibilidade que a Sociologia assume

nesta nova configuração curricular, e, por outro lado, apresentaremos experiências que se mostraram significativas com a área de ensino, atuando no cumprimento de seu papel como instrumento de educação.

Metodologia

Para realização do respectivo estudo, adotamos a pesquisa do tipo exploratória de natureza qualitativa, por entender que ela também corresponde uma prática formativa (SAMPIERI, 2013). Sendo assim, nosso percurso metodológico foi dividido em dois momentos: o primeiro de caráter documental/bibliográfico e o segundo marcado pela aplicação de entrevistas online, organizadas no Google Forms e disponibilizado via link de acesso em plataformas de mensagem de texto para os professores que lecionam Sociologia lotados em duas EEMTI da capital cearense.

Desenvolvimento

O cenário da Reforma do Ensino Médio no Brasil mostra uma pouca atenção voltada à formação de sentido amplo e crítico, como destaca Krawczyk e Ferretti, (2017), pois não se tem uma definição de como a escola distribuirá a Sociologia na carga horária das três séries, modificando assim a lei que garantia a obrigatoriedade (Lei Federal No 11.648 de 02/06/2018). Portanto, incluir a disciplina nos componentes eletivos dentro das escolas de tempo integral no Ceará, é uma excelente alternativa para que ela continue presente no currículo da Educação Básica e se fortaleça.

Contudo, o que percebemos é que essa amplitude esperada que a Sociologia poderia alcançar não aconteceu. No Ceará existem programas e projetos, que viabilizam o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos associados à disciplina de Sociologia, no entanto, nenhum deles possui o potencial que as EEMTI teria de fortalecer, a exemplo, triplicar sua carga horária de aulas, garantindo a professores e educandos um tempo maior de estudos, para as reflexões sobre diversos aspectos da sociedade, muitas vezes esquecidos no espaço em que passam grande parte de seu tempo durante o dia.

Conforme percebemos na pesquisa, um dos estabelecimentos ensino, quando em 2016 teve seu tempo ampliado, passou a ofertar disciplinas eletivas aos seus alunos, como forma de aproveitar esse tempo de duas horas a mais de estudos sociológicos. Uma das disciplinas intitulada de "A Sociologia vai ao Cinema" a partir da utilização de diversos recursos audiovisuais, conseguiu fazer com que escola entrasse em contato com a cultura, da simples a mais elevada, como argumenta Napolitano (2003). A outra disciplina de Sociologia, denominada de - "Rolê Urbano: percursos etnográficos" - tinha suas aulas realizadas durante os passeios, estudos específicos e discussões acerca de cada local visitado, realizando sempre que possível, conexões entre o passado e a contemporaneidade.

O que constatamos em outro locus da nossa investigação empírica, onde a mudança para escola de tempo integral aconteceu em 2019, e há 04 (quatro) semestres oferta eletivas, até o momento não teve nenhuma que contemplasse a disciplina de Sociologia. Nesta escola não há professores formados na área, nem para lecionar na base comum das áreas de conhecimento. O que pode caracterizar uma forte problemática existente nas escolas de Fortaleza.

Partindo dessa premissa, Leal (2015) destaca sobre a necessidade de termos docentes formados(as) na área dando aulas nas escolas, tendo em vista que são produtores(as) de conhecimentos e que o saber emerge da prática profissional. Quando o(a) professor(a) prepara, estuda e conhece os conteúdos, a aula será muito mais proveitosa, pois conseguirá em muitas vezes sensibilizar os(as) alunos(as) para inúmeras questões sociais, além de propiciar com segurança várias dinâmicas para a sala de aula que sejam pertinentes a sua metodologia.

Notamos, portanto, que para estes componentes eletivos possam ter conteúdos sobre Sociologia é muito importante que tenham profissionais formados na área, para que se construam abordagem científica dos assuntos e leve o aluno ao "estranhamento e desnaturalização", como defende Moraes (2010).

Conclusões

Os dados relacionados a esse estudo permitiram verificar que a possibilidade de ampliação do componente curricular de Sociologia, na parte flexível do currículo das EEMTI, concernente aos componentes eletivos, passa por algumas limitações no tocante às abordagens teórico-metodológicas dessa ciência, sobretudo, apresentam uma considerável defasagem quanto aos referenciais teóricos da disciplina, dando a ideia de que os componentes eletivos sejam ou funcionem apenas como extensão do currículo prescrito nos livros didáticos. Essas constatações implicam em pertinentes indagações acerca da pouca visibilidade e reconhecimento da Sociologia enquanto ciência no contexto escolar da educação básica.

Referências

CEARÁ. **Catálogo de Componentes Eletivos para o ano de 2020**. SEDUC, Fortaleza, 2020.

CEARÁ. **Diretrizes e Orientações Pedagógicas – Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Coordenadoria de Educação em Tempo Integral – COETI. Secretária de Educação do Ceará. Fortaleza, 2020.

KRAWCZYK, Nora e Ferretti, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/752/pdf>>. Acesso em 10 de set de 2020.

LEAL, Saionara *et al.* Saberes Docentes para o Ensino de Sociologia nas Escolas do Distrito Federal: Reflexões sobre a Formação dos Licenciados em Ciências Sociais da Universidade de Brasília. *In*: HANDFAS, Anita; POLESSA, Maçaira Julia; FRAGA, Alexandre Barbosa (Org.). **Conhecimento Escolar e Ensino de Sociologia: Instituições, Práticas e Percepções**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. *In*: BRASIL. **Sociologia: ensino médio/Coordenação** Amaury César Moraes. 304 p.: il. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia da pesquisa.** 5^a ed. Porto Alegre (RS): AMGH, 2013.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES EM IDADE ESCOLAR

Pedro Henrique Alexandre de Araújo

Universidade Estadual do Ceará
E-mail: pedro.araaujo13@gmail.com

Jaci Oliveira Marques

Universidade Federal do Ceará
E-mail: jaciomarques@gmail.com

Introdução

A partir da inserção no cotidiano da Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (EEEMTI CCB), localizada na capital cearense, tentou-se compreender e sistematizar a dinâmica escolar em suas muitas faces. Através das observações se deu o que é o busílis deste trabalho: o que pensam os estudantes sobre a reforma do ensino médio?

Para apreender as perspectivas dos estudantes, elaborou uma atividade de discussão sobre a reforma ocorreu em três momentos: primeiro, realizou-se duas entrevistas com dois grupos de alunos separados a partir das semelhanças entre os discursos, sejam esses discursos imbuídos por perspectivas progressistas e/ou por perspectivas conservadoras. Nesse momento eles foram interpelados sobre a Reforma do Ensino Médio, autonomia escolar, ensino de sociologia e estudo de temáticas referentes a área; posteriormente, ocorreu uma roda de diálogo com todos os estudantes anteriormente entrevistados, a partir dos mesmos temas propostos desde os diálogos iniciais.

Metodologia

O trabalho em questão é resultado da revisão bibliográfica e análise teórica acerca da Lei Federal 13.415/17 que propõe a reformar curricular do ensino médio público brasileiro. Além disso, utilizou-se enquanto técnica de coleta de dados grupos

de discussões na escola supracitada, em que o mediador lançava perguntas geradoras de discussão entre os estudantes, podendo analisar seus discursos como constructos coletivos, podendo estes ser públicos ou ocultos (SCOTT, 2013).

Desenvolvimento

Na busca por interpretar o que é dito e o que não é dito, iniciamos, assim, os diálogos com os jovens na expectativa de fazer uma análise discursiva sobre a reforma do ensino médio e o ensino de sociologia e pudemos verificar que a percepção deles sobre estes assuntos não é unívoca. Ela é vivenciada, compreendida e representada de diferentes formas por díspares atores sociais.

Para orientar a discussão com os estudantes, foi elaborado um tópico-guia com seleção de alguns temas a fim de encorajá-los a envolver-se na atividade (WELLER, 2006). A partir disso, construímos um tópico-guia com as seguintes perguntas: Vocês têm conhecimento sobre a Reforma do Ensino Médio implementada a partir da lei 13.415/17? Vocês acreditam que a reforma pode prejudicar a autonomia escolar? De que maneira a reforma pode afetar o ensino de sociologia? Como vocês avaliam a importância de temáticas como gênero e sexualidade, feminismo e racismo abordado pela sociologia?

Verificamos, assim, que a fala de um adolescente incentivava a do outro e que, enquanto um se identificava com as temáticas e acrescentava detalhes ao depoimento alheio, outro podia discordar e se sentia à vontade para questionar seu par, apontar-lhe situações e discordar dele. Desse modo, as comunicações dos integrantes do grupo de discussão passaram a ser o principal motivador das conversas, na medida em que um comentário fomentava outro.

O diálogo realizado com os estudantes evidencia a postura crítica em face ao caráter excludente e elitista do Ensino Médio brasileiro. Embora a Reforma tenha pretensão de atender as demandas dos estudantes com uma educação mais “adequada” aos mesmos, na verdade, ela comprova o verdadeiro desconhecimento de suas experiências e anseios. A Lei não leva em questão as transformações

socioculturais perpetrada no bojo da nossa sociedade. Os jovens estudantes das escolas públicas não são os mesmo de 20 ou 30 anos atrás.

Conclusão

A chave deste trabalho está na pergunta de partida que o motivou: O que os estudantes da Escola Castelo Branco compreendem da Reforma do Ensino Médio? Tal questionamento guiou do traçado metodológico até as conclusões obtidas. Por meio do direcionamento gerado por essa pergunta, realizou-se a pesquisa cujos dados aqui apresentamos baseada nas formulações teóricas de James Scotts sobre os discursos públicos e ocultos, entendendo que a compreensão de um discurso só pode ser realizada por intermédio de um espaço onde eles circulem e se cruzem.

Referências

ARAÚJO, R. M. L. Ensino Médio Brasileiro: Dualidade, Diferenciação e Desigualdade Social. **Cadernos de Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão**, 2019.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

DAYRELL, J. T. A Escola “faz” as Juventudes? Reflexões em Torno da Socialização Juvenil. **Revista Educação e Sociedade**, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. <<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>> Acessado em 12 de set. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEÃO, G. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro? **Revista eletrônica em educação de Belo Horizonte**, 2018. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e177494.pdf>>. Acessado em 14 set. 2019.

SCOTT, J. C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

WELLER, W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Revista eletrônica da Faculdade de Educação da UNB**, 2006. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a03v32n2.pdf> > Acessado em 10 de set. 2019.

A REALIDADE DOS JOVENS TRABALHADORES DA CONFECÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TORITAMA/PE

Fabiano José de Andrade

Rede Estadual de Pernambuco

E-mail: fabiano122@hotmail.com

A experiência docente na rede pública de ensino na cidade de Toritama, no agreste de Pernambuco é o ponto de partida do presente estudo que, por sua vez, é um desdobramento de uma pesquisa mais ampla que resultou numa dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande. Toritama é um município que fica a 170 km de Recife e foi fundada em 1953, sempre teve forte vocação industrial, inicialmente pela fabricação de calçados que marcou as duas primeiras décadas de emancipação e, em seguida, pela produção de roupas com destaque para a confecção de jeans, que surgiu no início dos anos 1980 quando as fábricas de calçado não resistiram à concorrência das grandes marcas.

O termo *sulanca* era inicialmente utilizado de forma pejorativa por se tratar de roupas simples e sem etiqueta, “as peças produzidas eram destinadas às populações mais pobres e tinham como principal atrativo os preços baixos” (OLIVEIRA, 2013, p. 238) mas, a qualificação da produção nos últimos anos e o preço acessível acabou projetando Toritama nacionalmente como a “Capital do Jeans”. Segundo ESTEVES (2020), a cidade é responsável por 16% da produção nacional de jeans, o que absorve a maior parte da mão de obra da cidade quase sempre de maneira informal. Aliás, a informalidade é uma das características mais marcantes desta cadeia produtiva como mostra os estudos de HELENO (2013), FUNDAJ (2008) e BRAGA (2019).

O motor da economia da Capital do Jeans gira em torno da confecção e decorrente disso, vários outros aspectos da vida social, cultural e política sofrem influência desta atividade. No âmbito da experiência escolar dos jovens do ensino médio há uma tensão entre a necessidade de cumprir com os deveres escolares e dar conta, ao mesmo tempo, de trabalhar e gerar a própria renda. Conciliar trabalho e estudo quase sempre é algo problemático para eles porque: 1º a

produção de jeans é volumosa e acontece num ritmo muito acelerado exigindo jornadas extensas; 2º há quase sempre o acúmulo de várias funções dentro das etapas de produção, por exemplo, muitos jovens são costureiros/as, ajudam no aprontamento e ainda vão comercializar, 3º o núcleo desse trabalho é familiar, ou seja, em muitos casos o patrão é algum parente próximo.

Mesmo consideradas as dificuldades de definir um perfil socioeconômico mais ou menos homogêneo desses jovens, o modo como Souza (2012) constrói o conceito de batalhadores destacando a forma como “adentraram o mercado de consumo por esforço próprio” (SOUZA, 2012, p 20), caracterizados, também, pela atividade que desenvolvem na cidade, como uma “classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta” (SOUZA, 2012, p. 26), além da ênfase dada ao peso do capital familiar no processo de reprodução social desta mesma classe, são aspectos comuns à grande parte destes estudantes/trabalhadores.

A pesquisa foi realizada através de um questionário com 60 jovens do 1º, 2º e 3º anos da Escola Estelita Timóteo, Toritama, que estão inseridos em alguma das etapas da produção de jeans. Dentro de um perfil geral estes jovens tem entre 15 e 18 anos, são solteiros e residentes na área urbana, estudaram o Ensino Fundamental em escolas públicas e se inseriram na atividade da confecção por meio da família. Nos grupos focais que foram realizados com estes mesmos jovens ficou evidente a dificuldade de conciliar o trabalho com estudo e o interesse de 76,6% deles de seguir para o Ensino Superior, apesar das dificuldades impostas no Ensino Médio: “A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média”. (SOUZA, 2012, p. 51).

Esse conflito ficou claro após a implementação da política de Educação Integral de Pernambuco em 2008. Com a determinação do Governo do Estado de que toda cidade deveria ter pelo menos uma Escola Integral, Toritama vivenciou uma realidade peculiar pelo fato de existirem apenas duas escolas de ensino

médio na cidade ficando uma regular (a Estelita Timóteo, campo da pesquisa) e outra integral, no caso, a Protázio Soares.

Em 2012, a Escola Protázio Soares entrou no Programa passando a exigir dos seus alunos a permanência de dois turnos (manhã e tarde). A Estelita Timóteo passou a ser a única em horário regular, ou seja, os estudantes cumpririam apenas um turno sendo manhã, tarde ou noite.

Tal determinação da Secretaria de Educação provoca uma constante fuga da escola que é integral para a escola que é regular e o principal argumento dos estudantes é que, passando mais tempo na escola o jovem terá menos tempo para o trabalho. Se for familiar, prejudica a produção, se não for, torna-se difícil o emprego pois os empresários rejeitam. Para evitar a debandada da escola Integral a própria Secretaria de forma arbitrária, impede que os pais escolham onde vão matricular seus filhos, o que gera aflição no âmbito das famílias mais carentes porque o estudo integral é incompatível com a necessidade de trabalhar.

Podemos supor, a partir dessa problematização, que há um esforço por parte dos estudantes em permanecer nas escolas com o apoio de suas famílias e forçar o ajuste de tempo com o trabalho, daí a preferência pela escola que exige menor carga horária, ou seja, a regular, no caso, a Estelita Timóteo que exige um turno, e não a integral, no caso a Protázio Soares que exige dois. Mas, como a Política de Educação Integral não permite aos estudantes que não possuem distorção idade-série escolher a escola regular com o objetivo de conciliar estudo e trabalho, tal política acaba por incentivar a evasão ao invés de preparar o jovem “para o trabalho e a cidadania” (CARNEIRO, 2015. P. 420).

Referências

BRAGA, B. M. **O informal como tecido social:** os arranjos econômicos, sociais e laborais que constituem o agreste das confecções/Pernambuco/Brasil. João Pessoa: UFPB, 2019.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ESTEVEVES, E. No agreste, 2º maior polo têxtil do país resiste à crise, mas precisa se reinventar. **Leijá**. [S. l.], [S. n.], 2019. Disponível em: <http://especiais.leiaja.com/descosturandoacrise/materia4.html>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FUNDAJ. **O Polo de confecções de Toritama**: Análise das relações de trabalho e da informalidade. Relatório de pesquisa. Recife, dezembro de 2008.

HELENO, E. A. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans no município de Toritama-PE**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7309?locale=pt_BR. Acesso em: 21 mar. 2020.

OLIVEIRA, R. V. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. *In*: OLIVEIRA, R. V.; SANTANA, M. A. **Trabalho em Territórios Produtivos Reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.